



CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE  
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO – CRSNSP



236ª Sessão

Recurso nº 7089

Processo Susep nº 15414.200328/2012-81 Apenso: Processo Susep nº 15414.200329/2012-26

**RECORRENTE:** APLUB CAPITALIZAÇÃO S/A

**RECORRIDA:** SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

**EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO.** Representação. Preenchimento incorreto do FIP dos meses de maio a janeiro de 2012 e fevereiro de 2012. Recurso conhecido e provido parcialmente.

**PENALIDADE ORIGINAL:** Multa no valor de R\$ 13.333,33

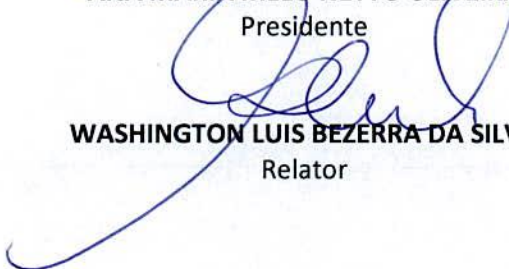
**BASE NORMATIVA:** Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c art. 4º do Decreto-Lei nº 261/67 e com o parágrafo único do art. 6º da Circular SUSEP nº 364/08.

**ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 6093/16.** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, dar provimento parcial ao recurso da APLUB Capitalização S/A. para expurgar do valor da multa aplicada a majoração de 2/3.

Participaram do julgamento os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Thompson da Gama Moret Santos, Washington Luis Bezerra da Silva, André Leal Faoro e Dorival Alves de Sousa. Presentes o Senhor Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Eduardo de Araújo Duarte, a Secretária Executiva, Senhora Cecília Vescovi de Aragão Brandão, e a Secretária Executiva Adjunta, Senhora Theresa Christina Cunha Martins.

Sala das Sessões (RJ), 8 de dezembro de 2016.

  
**ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA**  
Presidente

  
**WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA**  
Relator



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,**  
**DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO**

**Processo SUSEP Nº 15414.200328/2012-81**

**Processo CRSNSP Nº 7089**

**Processo SUSEP Apenso Nº: 15414.200329/2012-26**

**Recorrente: Aplub Capitalização S.A**

**Recorrida: Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**

**Conselheiro Relator: Washington Luis Bezerra da Silva**

**VOTO DO RELATOR**

Foram instauradas 2 Representações em face da Aplub Capitalização S.A, em que no processo **SUSEP nº 15414.200328/2012-81 – Recurso nº 7089**, aberta com nove itens, apurou-se o preenchimento incorreto do FIP para os meses de maio/2011 a janeiro/2012, e a **Representação nº 15414.200329/2012-26**, apurou a mesma infração somente para o mês de fevereiro de 2012.

A Coordenação Geral de Julgamentos, entendendo pela aglutinação dos 10 itens (maio/2011 a fevereiro/2012), aplicou uma única penalidade nos termo do art.26, inciso II da Resolução CNSP nº 60/2001, majorando a multa em 2/3, pelo reconhecimento da infração continuada, em consonância com o art. 13 da Resolução CNSP nº 243/2011.

Analisando o contido nos autos, observo que a materialidade da infração restou caracterizada nos 10 itens lavrados em ambas as Representações, não tendo a Recorrente apresentado fatos ou fundamentos que pudessem afastar os atos que infringiram a norma.

Assim, uma vez que já foi reconhecida a continuidade das infrações, não há dúvidas de que a Recorrente deve responder pela infração cometida.

No entanto, assiste razão a Recorrente quanto a exclusão da majoração da multa em 2/3, disposta no art. 13 da Resolução CNSP nº 243/2011, pelo reconhecimento do instituto da infração continuada, tendo em vista que a penalidade vigente à época da infração e a sancionada no presente caso foi a disposta na Resolução CNSP nº 60/2001, na qual não se previa o agravamento da sanção conforme se observa no artigo 56.

Registre-se que o agravamento da sanção, no caso de reconhecimento de uma infração continuada, passou a constar apenas com a entrada em vigor da Resolução CNSP nº 243/2011, consoante o parágrafo único do artigo 13.



Assim sendo, não pode a Autarquia se valer de legislação nova para alcançar fato pretérito e prejudicar a Recorrente, dessa forma, não há que se falar em agravamento da multa pecuniária em 2/3.

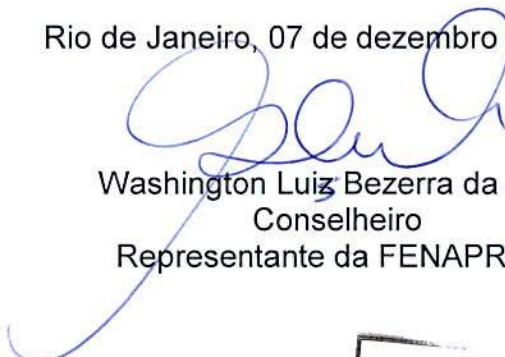
Constato ainda que, por ter sido realizada a recarga dos FIP's antes da decisão de 1ª Instância, conforme comprovado pela DISEC no Parecer de fls.149, a Recorrente já foi beneficiada com a concessão da atenuante.

Diante disto e pelo contido no processo supracitado, manifesto meu

### V O T O

no sentido de conhecer o recurso e dar parcial provimento ao mesmo, para excluir a majoração da multa prevista no art. 13 da Resolução CNSP nº 243/2011, pelo reconhecimento da infração continuada uma vez que a continuidade delitiva nas infrações apuradas neste processo foram com base no conceito previsto da Resolução CNSP nº 60/2001 vigente a época.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2016.

  
Washington Luiz Bezerra da Silva  
Conselheiro  
Representante da FENAPREVI





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS**  
**PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO**

**Processo SUSEP Nº 15414.200328/2012-81**

**Processo CRSNSP Nº 7089**

**Processo SUSEP Apenso Nº: 15414.200329/2012-26**

**Recorrente: Aplub Capitalização S.A**

**Recorrida: Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**

**Conselheiro Relator: Washington Luis Bezerra da Silva**

**RELATÓRIO**

Senhores Conselheiros,

Trata-se de Representação composta por 9 itens, instaurada em face da Aplub Capitalização S.A, em razão da Sociedade ter preenchido de forma incorreta o Quadro 55 – Provisão de Títulos de Capitalização e/ou Quadro 56 – Movimentação dos Títulos de Capitalização do FIP/SUSEP nos meses de maio/2011 a janeiro/2012.

Intimada às fls. 84 sem reincidência, a Recorrente alega tratar-se de infração continuada, em que a multiplicação das representações sobre um mesmo fato ofende a vedação ao *bis in idem*. Igualmente, afirma que realizou todas as recargas solicitadas pela Autarquia.

A COIAP na manifestação de fls. 148 esclarece que foi aberta a Representação de nº 15414.200329/2012-26, apenso a este (despacho às fls. 123), para apuração da mesma infração, qual seja, erro no FIP no mês de fevereiro de 2012.

No parecer técnico ofertado às fls. 165/168, o DIFIS/CGJUL, entende que as infrações dos itens 1 a 9 da **Representação nº 15414.200328/2012-81** (erro no FIP de Maio/2011 a Janeiro/2012) e a infração da **Representação nº 15414.200329/2012-26** (erro no FIP de Fevereiro/2012) podem ser consideradas como infração continuada por não afetarem a solvência da Companhia, devendo a penalidade ser agravada de 1/6 a 2/3 com aplicação de atenuante prevista no inciso III do art. 53 da Resolução nº 60/01, condicionando a validade do aumento da pena ao exame e aprovação por parte da Procuradoria Federal.



A Subprocuradora-Chefe da Subprocuradoria de Contencioso Administrativo, fls. 171, opina pela subsistência das Representações lavradas nos presentes autos e nos autos em apenso, considerando a continuidade infracional na forma indicada pela CGJUL/COIAP.

Pelo Termo de Julgamento de fls. 175, o Coordenador da Coordenação-Geral de Julgamentos, julgou subsistentes as representações lavradas nos processos 15414.200328/2012-81 e 15414.200329/2012-26, aplicando uma pena de multa no valor de R\$ 13.333,33, prevista no *caput* do artigo 26, inciso I, alínea "c" da Resolução CNSP nº 60/2001, majorada em 2/3 por força do reconhecimento da ocorrência do instituto da infração continuada, considerando, ainda, a atenuante do inciso III do art. 53 da mesma Resolução.


A Recorrente interpôs Recurso às fls. 187/204 520/528, afirmando que a majoração da multa em 2/3 se deu nos termos da Resolução CNSP nº 60/01, que não previa a majoração da multa, razão pela qual, a Autarquia não pode se valer de legislação nova para alcançar fato pretérito para prejudicar. Requereu, outrossim, a concessão da atenuante do inciso II do art. 12 da Resolução CNSP 243/11.

A douda representação da Fazenda Nacional exerce juízo positivo de conhecimento e negativo de provimento ao recurso, consoante fls.202/204.

É o relatório.

À Secretaria.

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2016.

  
Washington Luis Bezerra da Silva  
Conselheiro Relator  
Representante da FENAPREVI

